

## Mais três municípios de Mato Grosso começam a cobrar taxa do lixo

Lúcio Bernardo Jr./Agência Brasília



Além de Cuiabá, os moradores de outras três cidades de Mato Grosso vão pagar mais caro pela fatura de água neste ano devido à criação da taxa de coleta de lixo. O tema foi bastante discutido na capital, principalmente, em relação a ser obrigatório ou facultativo. O Executivo dizia se tratar de assunto impositivo, enquanto a oposição alegava se tratar de algo opcional. Em Nova Marilândia, o prefeito Jefferson Nogueira Souto (PP) publicou a lei complementar que instituiu a taxa de coleta, remoção e destinação do lixo domiciliar. O valor será cobrado no boleto de água de forma individualizada por meio de boleto. Medidas semelhantes também foram adotadas em Glória D'Oeste e Nova Brasilândia

PÁG. 6

## Abílio Brunini recorre à presidência do PL

O deputado federal eleito Abílio Brunini (PL) recorreu à presidência nacional do seu partido para evitar uma punição após a repercussão nacional de seu vídeo, no qual relata não ter havido "tanta destruição no Congresso Nacional como divulgado". A informação foi revelada pelo presidente do PL em Mato Grosso, o senador Wellington Fagundes. Ele explicou que coube ao líder do partido na Câmara Federal, Altineu Côrtes (PL-RJ), dialogar com o presidente do Legislativo, Arthur Lira (PP-AL), para tentar evitar uma penalidade contra Abílio, que ainda nem tomou posse. Após a repercussão do vídeo, Lira prometeu responsabilizar os deputados que divulgarem informações inverídicas sobre os ataques ao Congresso

PÁG. 5

Gilberto Leite



## Justiça impede que municípios percam repasses devido ao Censo

Tania Rêgo/Agência Brasil

A Justiça Federal concedeu liminares a sete municípios de Mato Grosso para evitar perdas nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) devido aos dados preliminares do Censo 2022, que apontaram redução na população desses municípios. As liminares permitem que sejam mantidos os coeficientes de distribuição adotados em 2022, até que o Censo seja concluído. As ações foram ajuizadas pela Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), para evitar a redução na receita das prefeituras, contra uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU).

PÁG. 3



## Frigoríficos de Mato Grosso vão exportar à Indonésia

Marcelo Seabra/Ag. Pará



O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Carlos Fávaro, anunciou a habilitação de 11 plantas frigoríficas para exportar carne para a Indonésia, sendo duas localizadas em Mato Grosso, nos municípios de Tangará da Serra (Marfrig) e Matupá (Vale Grande). O ministro também anunciou a liberação de outros três frigoríficos que voltarão a exportar para a China. Os três frigoríficos que voltarão a fazer negócios com a China são de Mato Grosso do Sul e Goiás.

PÁG. 7

## Como aproveitar o 'Litígio Zero'

Contribuintes que possuem dívidas de até 60 salários mínimos com a Receita Federal terão a oportunidade de sanar seus débitos com desconto de até 50% através do programa 'Litígio Zero', lançado pelo Ministério da Fazenda na última semana. Porém, o prazo para aproveitar essa oportunidade é curto. As inscrições para o programa iniciam no dia 1º de fevereiro e vão até o dia 31 de março. O contador Leonardo Adam Poth explica como aproveitar essa chance

PÁG. 8

**EDITORIAL**

# Mudança de paradigma

Historicamente, a pressão externa por mais sustentabilidade no agronegócio brasileiro tem sido vista mais como uma forma de sabotagem econômica do que uma oportunidade. De fato, não há como negar que outros países têm interesses comerciais contrários ao agronegócio brasileiro e tentam conduzir suas próprias pautas ao mesmo tempo em que exploram nossas fraquezas. Essa é, afinal, a máxima do mundo dos negócios. Entretanto, não pode o agro brasileiro continuar se comportando como se nosso único problema fosse a comunicação, atacando os mensageiros em vez de atuar na base do problema.

Ora, é igualmente inegável há uma parcela de produtores que ignora as leis ambientais e destrói nossas maiores riquezas em troca de ninharias. São poucos, representando cerca de 2% dos imóveis rurais, que desmataram ilegalmente 2/3 do Cerrado e da Amazônia desde 2008. Entretanto, esse pequeno grupo é amparado por um aparato estatal arcaico, que ainda beneficia ou faz vista grossa ao enorme prejuízo que causam tanto à imagem do Brasil quanto à do agronegócio nacional.

Pior que isso, acabam encontrando amparo também em alguns produtores que res-

peitam a legislação ambiental, mas se sentem insubstituíveis no cenário mundial. Bradam aos quatro ventos que não há outro país capaz de atender à enorme demanda mundial por alimentos, alheios ao fato de que os maiores parceiros comerciais do agronegócio brasileiro estão traçando suas estratégias para reduzir a dependência de nossos produtos. A China, por exemplo, tem feito investimentos vultuosos na África e na logística para escoar a produção daquela região com muito mais celeridade e segurança. Enquanto o Brasil prevê aumentar suas exportações de soja e milho em 32% até 2030, os chineses projetam a redução de 70% nas suas importações de milho no mesmo período. A quem venderemos?

O movimento de troca dos produtos brasileiros é lento, mas está em curso. É um processo demorado, afinal o Brasil tem anos de dianteira na questão tecnológica, mas essa disputa ganhou outro significado com a guerra na Ucrânia. A soberania alimentar se tornou uma questão essencial para vários países, principalmente na Europa, que há tempos tem criticado o Brasil pelas transgressões ambientais daquela pequena parcela de produtores. São esses transgressores os verdadeiros inimigos do agronegócio, não a imprensa, como alguns representantes do setor parecem pensar.

A questão climática e ambiental é uma preocupação mundial e pode ser uma oportunidade ímpar para os agricultores brasileiros exporta-

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888**

**FARMÁCIA**



rem produtos com maior valor agregado, ao mesmo tempo em que ampliam seu potencial de mercado. Entretanto, isso requer uma mudança fundamental no ponto de vista. Para nossa sorte, temos grupos que estão atentos a essa oportunidade e se movem para capturá-la, aproveitando o significativo desenvolvimento tecnológico que temos para criar um novo patamar do agronegócio.

# Parteiras tradicionais

**Rosana Leite (\*)**

Aparadeira, parteira leiga, mãe de umbigo, curiosa, comadre, dentre tantos outros nomes, são conhecidas as parteiras tradicionais, conforme o Ministério da Saúde. Se utilizam de práticas que valorizam os saberes adquiridos com o conhecimento ao longo da existência.

Ao que tudo indica, elas surgiram no Egito Antigo e foram conhecidas como as primeiras médicas da história. Existem registros históricos de partos contados e datados de 6 a 7 mil anos a.C. Algumas esculturas encontradas na Turquia representam mulheres sentadas em troncos parindo, inclusive, com o recém-nascido entre as coxas.

No Oriente as posições de partejar mais utilizadas eram verticais, ou seja, com as mulheres em pé, sentada ou de cócoras. Parteiras indígenas e quilombolas também são reconhecidas como parteiras tradicionais, com as especificidades culturais e étnicas.

Foi através da Lei nº 13.100, de 27 de janeiro de 2015, que o dia 20 de janeiro ficou conhecido como o Dia Nacional da Parteira Tradicional, em homenagem a Juliana Magave de Souza, nascida em 1908, que

havia realizado mais de 400 partos caseiros em Macapá. Clarice Andreozzi, que exerce a profissão em Brasília, narrou no site da Agência Brasil: "É importante que a mulher entenda que biologicamente foi feita numa perfeição para engravidar, parir e maternar.

Então, ela tem que reconectar, limpar preconceitos e medos culturais de que ela não é capaz, de que ela não é completa, de que o parto é perigoso. Isso é importantíssimo. A segurança vem do conhecimento, da informação e da conexão dela com o próprio bebê, com os processos do próprio corpo."

O nome do parto, parto "normal", anuncia o que é natural, comum, corriqueiro e usual. Assim, quando o nascimento do bebê advém desse parir, entende-se que não houve auxílio de procedimentos cirúrgicos para a expulsão do feto pelo útero.

Diferentemente do conceito de parto humanizado, já que este é aquele realizado de acordo com a vontade e o protagonismo da mulher. Para a gestante, humanizar o parto é realizar o procedimento de acordo com o seu anseio.

As parteiras "ganham" o respectivo conhecimento, em regra, oralmente e dentro da família, ou em redes de amizades. As

orações, preces, rezas, energias positivas, banhos de assento, orientações, toques de alívio e acompanhamento mensal, são formas de acolhimento dessas profissionais para com a parturiente.

Ainda que o usual na atualidade no Brasil sejam partos realizados em ambiente hospitalar, não se pode ignorar que o nascer em casa ainda é realidade, principalmente em zonas rurais nas regiões Norte e Nordeste, ribeirinhas, nas florestas, e com povos tradicionais onde há difícil acesso para a cidade.

No ano 2000, um importante programa foi iniciado no Brasil, denominado "Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais do Ministério da Saúde", que visou sensibilizar gestores e gestoras, bem como, profissionais da saúde para que reconheçam as parteiras pelo SUS, inserindo-as e as valorizando com ações para que aconteça a redução da mortalidade materna e neonatal.

Estima-se que no país existam mais de 60 mil parteiras, que realizam cerca de 450 mil partos por ano. Por essa razão, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 912/2019, que visa regulamentar a profissão das parteiras tradicionais, com qualificação básica, equipamentos, instru-

mentos da medicina, materiais de consumo e ajuda mensal. De mais a mais, o mesmo projeto determina que a parteira deverá encaminhar a mulher para avaliação médica quando a gestação for de alto risco.

Na atualidade, a parteira tradicional é conceituada pelo Ministério da Saúde como aquela que presta assistência ao parto domiciliar, baseado-se em técnicas habituais. A realidade 'nua e crua' é que muitas mulheres, com as suas mãos, poucos recursos, bacia com água quente, toalhas molhadas e secas, tesouras ou outro material cortante, à luz de velas ou lamparinas, ajudaram muitas pessoas a 'estrear' por aqui.

Maria dos Prazeres, parteira do sertão nordestino com mais de 5 mil partos, cantarola lindamente o seu mister: "Sempre ao romper da aurora. Não tem hora pra chegar. O importante é o que se vai fazer. A criança vai nascer. Não se pode esperar."

**ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS é defensora pública estadual.**



# Medula óssea

**Andre Crepaldi (\*)**

Muito se fala em doação de medula óssea, mas pouco se sabe, ainda, sobre o que é a medula óssea e como a sua doação pode salvar inúmeras vidas. Primeiro, a medula é um tecido líquido gelatinoso que fica dentro dos ossos, o conhecido "tutano", e é nela que são produzidos os componentes do sangue (glóbulos brancos, vermelhos e plaquetas).

Nosso corpo é, realmente, uma máquina, e a medula óssea é a fábrica que produz o sangue, ou seja, que faz todo o sistema funcionar continuamente. No caso, os glóbulos vermelhos (hemácias) transportam o oxigênio dos pulmões para as células de todo o nosso organismo e o gás carbônico das células para os pulmões, a fim de ser expirado. Os glóbulos brancos (leucócitos) nos defendem das infecções e as plaquetas compõem o sistema de coagulação do sangue.

Inclusive, a célula que origina as células sanguíneas, chamada célula progenitora ou célula-mãe, está concentrada em maior quantidade na medula óssea, o que também explica a ideia de fábrica e, portanto, da doação de medula óssea. Segundo o Instituto

Nacional do Câncer (Inca) o transplante de medula é um tipo de tratamento indicado para algumas doenças que afetam as células do sangue e consiste na substituição da "fábrica" deficitária por uma nova, com células saudáveis. Com o tempo, o objetivo é reconstruir uma nova "fábrica saudável" de pacientes com leucemias, ou linfomas, por exemplo.

O transplante é um processo delicado, onde são realizados exames de sangue para identificar se existe a compatibilidade entre o doador e o receptor. Essa compatibilidade é fundamental para evitar processos de rejeição, que é quando a medula do paciente não "aceita" a do doador ou até mesmo quando a medula do doador "invade" e "agride" a do paciente. Refiro-me aqui aos casos de transplante alogênico, que é quando a medula vem de um doador. Existe outro tipo de transplante de medula óssea chamado autólogo.

Identificado a compatibilidade, o doador passa por um processo "cirúrgico" onde são realizadas punções, com agulhas, nos ossos posteriores da bacia para "sugar" a medula saudável. Hoje também podemos

colher estas células primordiais do doador, através das veias periféricas (braço, por exemplo), utilizando um procedimento chamado aférese, evitando a punção na bacia. É fundamental frisar que essa retirada não causa qualquer comprometimento à saúde e a medula óssea do doador se recompõe em apenas 15 dias, tal como quando doamos sangue.

Já para o paciente o cuidado deve ser maior, porque para receber a medula, as células doentes devem ser destruídas, para então receber a nova "fábrica". Este é um momento que exige muito cuidado e acompanhamento, uma vez que o paciente fica com a imunidade mais fragilizada. Mas, uma vez que deu tudo certo e a medula do doador chega à corrente sanguínea, as células "boas" circulam e vão se alojar na medula óssea, onde se desenvolvem.

Para ser doador de medula e salvar vidas, é preciso ter, segundo o Ministério da Saúde, entre 18 e 55 anos de idade, estar em bom estado geral de saúde e não ter doença infecciosa transmissível pelo sangue. Seguindo os critérios estabelecidos, o doador deve fazer um cadastro, onde serão

colhidos 5ml do seu sangue. Este cadastro é feito no Hemocentro de sua cidade.

O sangue é examinado para determinar as características genéticas e assim ser cadastrado no Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME). Com as informações genéticas do paciente já cadastradas, o sistema cruza as informações e identifica a compatibilidade. Lembrando que o doador que vai decidir se fará a doação ou não.

Na verdade, ser doador de medula óssea é um procedimento simples. Você que é saudável, pense no poder da máquina que é o seu corpo e o quando a medula é a fábrica que faz tudo funcionar. Ter a oportunidade de oferecer ao outro uma nova fábrica saudável e, assim, dar esperanças de vida, não tem preço!

**DR. ANDRE CREPALDI é diretor do Serviço de Onco-hematologia do HCanMT e Oncologista Clínico e Pesquisador principal da OncoLog.**



# Escolhendo uma universidade

**Caiubi Kuhn (\*)**

Entre os dias 16 e 24 de fevereiro ocorrerão as inscrições para as vagas nas universidades brasileiras via o Sistema de Seleção Unificada (SISU), que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Saber esse prazo é algo muito importante, mas o que mais os estudantes precisam saber? Esse texto é direcionado para aqueles estudantes considerados como de baixa renda, ou seja, aquela pessoa que se dedi-

ca ao estudo, se esforça, mas que a família não tem condição de ajudar a cursar uma universidade. É agora o que fazer? Pois leia com atenção!

Embora as universidades sejam públicas, se manter em uma capital ou uma grande cidade muitas vezes demanda uma quantidade de dinheiro que muitas famílias não possuem. Porém, o que muitos estudantes não sabem, é que as universidades em geral possuem políticas específicas que visam auxiliar os estudantes de baixa renda.

A existência de restaurantes universitários, de casas de estudantes, de programas de auxílio moradia, de auxílio permanência, auxílio alimentação entre outros, ajudam estudantes que não possuem condições financeiras, a conseguirem cursar um curso superior. Porém a quantidade de vagas em cada uma destas políticas em cada universidade varia, ou seja, as vezes alguma outra instituição mais distante possui uma estrutura melhor de suporte que a universidade que está no seu estado.

As universidades possuem restaurantes universitários (RU), com preço acessível, normalmente inferior a 5 reais por refeição. O auxílio alimentação em geral é um valor pago aos estudantes de baixa renda para custear as refeições no RU.

Uma casa dos estudantes pode ser sua futura moradia. Porém fique atento a quantidade de vagas oferecidas em cada universidade. Enquanto alguns lugares não possuem casas, em instituições como a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) existem 518 apartamentos para atender os estudantes de baixa renda durante a graduação. O auxílio moradia é uma forma alternativa à casa dos estudantes. Nesta modalidade, a universidade fornece um auxílio para ajudar o estudante a pagar o aluguel.

O auxílio permanência é um valor de 400 reais por mês pago pela universidade para que o estudante consiga sobreviver durante a graduação. Para os estudantes que entram na universidade em vagas destinadas à indígenas e quilombolas o valor é de 900 reais.

No dia 28 de fevereiro sairá o resultado da primeira chamada do SISU, mas se você não

passar, não esqueça de manifestar interesse na lista de espera, pois muitas pessoas passam, mas não fazem a matrícula, e por causa disso, em muitas universidades sobram vagas em vários cursos. Então caso não seja aprovado de imediato, manifeste o seu interesse na lista de espera e acompanhe o processo de seleção.

Agora você já sabe, se você é um estudante de baixa renda, ou conhece alguém neste perfil, que se dedica ao estudo e sonha entrar em uma universidade, antes de fazer a seleção da universidade, olhe também as políticas que a universidade que você deseja possui para te ajudar a conquistar o seu tão sonhado diploma. Para receber esse suporte da universidade ao longo de todo curso, basta fazer a seleção para os auxílios quando entrar na universidade e ser um bom aluno ao longo do curso.

Durante o tempo em que cursei geologia, contei com várias das políticas de assistência estudantil que citei. Porém sei que muitos estudantes não sabem que as universidades federais possuem estes tipos de apoio. E por isso, nem se quer tentam entrar na universidade. Então se você chegou até aqui neste artigo, ajude a divulgar essas informações e poderá ajudar a mudar vidas, por meio do acesso à educação pública de qualidade.

**CAIUBI KUHN, Professor na Faculdade de Engenharia (UFMT), geólogo, especialista em Gestão Pública (UFMT), mestre em Geociências (UFMT).**



Jornal  
**IMPRESSO MT**

**FUNDADO EM 2020**  
CNPJ: 06.147.693/0001-26

---

**ADMINISTRAÇÃO:**  
**DIRETOR GERAL:**  
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

---

**EDITOR CHEFE:**  
GABRIEL SOARES

**EDITOR DE ARTE:**  
AQUILES A. AMORIM

---

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

---

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:  
Email: [impressomt@gmail.com](mailto:impressomt@gmail.com) - Site: [www.oimpressomt.com.br](http://www.oimpressomt.com.br)

---

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505  
Telefone: 65 99696-6688

**CENSO DA DISCÓRDIA**

Prévia do Censo inacabado foi usada pelo TCU para estabelecer critérios de repasses do FPM, apesar de lei federal impedir a prática

# Justiça evita perda de receitas

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888**

FARMÁCIA

Unimed  
Cuiabá

Da redação

A Justiça Federal concedeu liminares a sete municípios de Mato Grosso para evitar perdas nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) devido aos dados preliminares do Censo 2022, que apontaram redução na população desses municípios. As liminares permitem que sejam mantidos os coeficientes de distribuição adotados em 2022, até que o Censo seja concluído.

As ações foram ajuizadas pela Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), para evitar a redução na receita das prefeituras, já que o Tribunal de Contas da União (TCU) estabeleceu novos índices

de distribuição do Fundo para 2023, com base no resultado parcial do censo, publicado pelo IBGE no final de dezembro.

Conforme noticiado pelo jornal Estadão Mato Grosso, a decisão do TCU pode resultar em redução de repasses para 863 municípios no país. Destes, 20 são de Mato Grosso. Estudo realizado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) aponta que as perdas para os municípios de Mato Grosso variam de R\$ 3 milhões a R\$ 7,6 milhões por ano.

Nos últimos dias, foram deferidas ações em favor de Apiacás, Guiratinga, Itiquira, Nova Bandeirantes, Ribeirão Cascalheira, Santo Antônio do Leverger e Vila Rica. Apiacás e Nova Bandeirantes garantiram a decisão favorável após pedido de reconsideração apresentado pela equipe jurídica da AMM, pois o juiz inicialmente tinha negado o direito aos dois municípios.

As sete liminares determinam que a União



Neurilan aponta que municípios já sofreram perdas no primeiro repasse do FPM, realizado em 10 de janeiro

mantenha o coeficiente do FPM de 2022 até que o censo demográfico seja concluído, o que está previsto para fevereiro ou março deste ano. Essa determinação já estava expressa na Lei Complementar 165/2019, que estabelece que a atualização dos coeficientes só poderia

ocorrer após a finalização do Censo.

O presidente da AMM, Neurilan Fraga, ressaltou que as prefeituras já tiveram perdas no primeiro repasse do FPM, realizado no dia 10 de janeiro, e poderão ter novos prejuízos nas próximas transferências federais, caso os dados

demográficos não sejam revistos.

De acordo com levantamento da equipe técnica da AMM, municípios de várias regiões vão apresentar perdas financeiras anuais significativas, como Cotriguaçu (R\$ 7,6 milhões), Juruena (R\$ 7,3 milhões) e Rosário Oeste (R\$ 3,6 milhões).

Ao todo, as projeções do censo alteraram o coeficiente de 20 municípios de Mato Grosso: Alto Araguaia, Apiacás, Araputanga, Barra do Bugres, Colniza, Cotriguaçu, Feliz Natal, Guiratinga, Itiquira, Juruena, Nova Bandeirantes, Nova Olímpia, Poconé, Ribeirão Cascalheira, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger, São José dos Quatro Marcos, São José do Rio Claro, Tangará da Serra e Vila Rica.

Apesar de ter sido iniciado pelo IBGE em agosto de 2022, o Censo ainda está longe de ser concluído, devido a uma série de contratemplos, incluindo a resistência da população em receber os recenseadores e responder o extenso questionário. Mato Grosso é um dos estados mais atrasados na coleta de dados do Censo. Aliás, esse é outro argumento usado para contestar o novo cálculo de repasses, pois o IBGE já havia informado que o dado é apenas uma projeção com base em dados parciais do Censo.

**MAIS FISCALIZAÇÃO**

## AL aprova emenda para participar de intervenção

Da redação

Os deputados estaduais alteraram a Constituição de Mato Grosso para obrigar o governador a encaminhar para a Assembleia Legislativa os decretos de intervenção. A mudança acontece após críticas de parlamentares ao atual governador Mauro Mendes (União), que decretou intervenção administrativa na saúde de Cuiabá após

determinação da Justiça, mas o decreto não passou pelo crivo dos deputados.

Eles citaram como exemplo o decreto de intervenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na Segurança Pública do Distrito Federal, após os atos de vandalismo cometidos por bolsonaristas radicais nas sedes dos três Poderes, em Brasília. O decreto, após sua publicação, passou por

votação na Câmara e no Senado Federal.

Além disso, os deputados destacaram que a análise da Legislativa está prevista na Constituição Federal. No entanto, não havia nenhuma previsão na legislação estadual para obrigar o governo a submeter o decreto à votação na Assembleia. Para evitar que novas intervenções sejam feitas sem aval dos parlamentares, eles altera-

ram o texto, fazendo com que o Parlamento tenha participação e possa acompanhar o processo.

“No caso do inciso IV do art. 35 da Constituição Federal, de ofício ou mediante representação do interessado, o Governador decretará a intervenção e submeterá o decreto, com a respectiva justificação, dentro de vinte e quatro horas, à apreciação da Assem-

bleia Legislativa, que, se estiver em recessão, será para tal fim convocada, bem como comunicará ao Presidente do Tribunal de Justiça os efeitos da medida”, diz trecho da Emenda Constitucional nº 108, que foi publicada no Diário Oficial da Assembleia esta semana.

Os parlamentares ainda incluíram no texto que o interventor nomeado, além de

prestar contas de seus atos ao governador, deve informar sobre os resultados do trabalho aos deputados estaduais e aos vereadores, “como se o prefeito fosse”.

Além disso, a Constituição agora passa a obrigar ao Legislativo estadual a criar uma Comissão Temporária Externa destinada a acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção.

**CONTRA O AUMENTO**

## Presidente da CPI defende intervenção na Águas Cuiabá

Da redação

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Águas Cuiabá, o vereador Marcrean Santos (PP) afirma que é totalmente contrário ao pedido de reajuste na tarifa de água e esgoto feito pela concessionária e que será avaliado na próxima semana durante reunião convocada pela Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Cuiabá (Arsec).

O parlamentar, que é o único vereador membro da comissão da Arsec que avalia os reajustes solicitados pela Águas Cuiabá, ressalta que o momento não é de aumentar os valores pagos pela sociedade, uma vez que a CPI não descarta um pedido de intervenção na concessionária no relatório final, que deve ser apresentado no fim de fevereiro. Por isso, adianta que votará contra o reajuste.

O vereador informa que a reunião que debata o reajuste da tarifa

será no dia 26 de janeiro, às 9h, no auditório da ETA Central da Concessionária Águas Cuiabá. A princípio, a reunião seria realizada de forma remota mas, por intervenção do vereador, será presencial. “É importante a presença da sociedade para fortalecermos essa discussão e impedirmos mais um aumento no momento em que existem muitos questionamentos sobre os trabalhos da concessionária e até um possível pedido de intervenção”.

Marcrean ainda enfatiza que em março do ano passado a tarifa foi reajustada em 11,14%. O aumento ainda impacta outros serviços, como aferição de hidrômetro, conserto de cavaletes, emissão de certidões, ligação e religação temporária, substituição de registros, água de caminhão pipa para terceiros, análises de projetos, parecer técnico de loteamento, entre outros.

“O argumento é sempre que o reajuste segue

uma determinação contratual e busca manter o controle econômico e financeiro do contrato, fazendo a recomposição inflacionária do período. Só que temos índices fortíssimos que a concessionária não está cumprindo o que está no contrato. Logo, se não cumpre o contrato, não há obrigação de aprovarmos o aumento”, reforça Marcrean.

O vereador enfatiza que os investimentos no setor de água e esgoto são prioridade e devem ser feitos diante de muita responsabilidade e uma fiscalização eficiente. “O que temos visto, até o momento, é que a fiscalização, de responsabilidade da Arsec, também tem sido falha. Precisamos discutir estes pontos e cobrar soluções para os inúmeros problemas que existem antes de assinarmos mais uma autorização para reajuste, para que a população pague mais sem receber um serviço de melhor qualidade”.

**‘TEM QUE MUDAR A POSTURA’**

## Senador Jayme avisa Abílio que Brasília não é igual Cuiabá

Da redação

O senador Jayme Campos (União) disse que o deputado federal eleito Abílio Brunini (PL) terá que mudar sua postura para cumprir o mandato na Câmara Federal, em Brasília. Abílio ganhou destaque nacional no final de semana após a publicação de um vídeo nas redes sociais em que minimiza os atos de vandalismo realizados por bolsonaristas radicais no Congresso Nacional, no último dia 8.

Jayme destacou que o Congresso Nacional é um “outro departamento” e que Abílio terá que ser habilitado para conseguir seu espaço e mostrar serviço.

“Ninguém pode desmerecer a capacidade do Abílio. Ele é um político que tem suas expertises, tem sua maneira de fazer política, mas isso é nível de estado, quando está caçando voto. Quando ele vai para o Poder Legislativo, em Brasília, na Câmara Federal, é claro que ele

vai ter que procurar seu espaço, ser habilitado, para que ele possa, de fato, materializar as suas propostas”, disse Jayme, em entrevista à imprensa nesta semana. Na avaliação do senador, o deputado eleito terá que ser menos agressivo e ter uma atuação mais pacífica para prosperar em Brasília. A comparação é com o mandato de vereador por Cuiabá, no qual Abílio ficou marcado como uma figura de intenso enfrentamento, gerando até algumas cenas icônicas.

“Vereador de Cuiabá não terá o mesmo palco em Brasília. Tem 513 deputados federais, quando reúne o Congresso Nacional são 594 congressistas no mesmo espaço”, destacou.

Quando vereador, Abílio chegou a ter o mandato cassado por quebra de decoro parlamentar. No entanto, ele conseguiu retornar ao cargo após a Justiça ter identificado irregularidades na tramitação

do processo que levou à perda de mandato.

**REPERCUSSÃO** - O vídeo de Abílio ganhou grande repercussão no final de semana. Nele, o deputado eleito grava o Salão Verde e ameaça os danos causados por bolsonaristas radicais que invadiram, além do Congresso, a sede dos Poderes, em Brasília, em protesto contra o resultado das eleições. Na gravação, Abílio ainda “alerta” seus seguidores que “se você fica só assistindo pela internet parece que está tudo quebrado em Brasília, mas não é verdade”.

Uma mulher, que se declarou petista, interrompeu o vídeo e rebateu as declarações feitas pelo parlamentar eleito.

Abílio declarou nas redes sociais que o conteúdo foi retirado de contexto. Ele destacou que em nenhum momento defendeu a invasão ou a destruição, reconheceu que os atos são crimes e defendeu punição a quem os praticou.

## SALÁRIO DOS SERVIDORES

Parlamentares buscam forma de fazer o governo pagar um adicional para compensar revisões que não foram concedidas nos últimos anos

## Deputados articulam 'RGA extra'

Disk Farmácia  
Ligou. Pediu. Chegou.  
3648-8888

FARMÁCIA

Unimed  
Cuiabá

Da redação

Apesar de os deputados estaduais já terem finalizado a discussão da lei da Revisão Geral Anual (RGA) dos servidores do Estado, o tema voltará a pautar o trabalho dos deputados da próxima legislatura da Assembleia, que começam a ocupar suas cadeiras no próximo mês.

No último dia 11, os parlamentares aprovaram o projeto que garante o pagamento da revisão de 5,79% para 2023. O valor ficou abaixo do esperado pela categoria, mas cobriu o índice oficial de inflação divulgado pelo IBGE.

Agora, os deputados buscam uma forma de fazer o governo pagar também as revisões que não foram concedidas nos últimos anos, seja pelos problemas fiscais que Mato Grosso enfrentou entre 2017 e 2019, seja pela lei da pandemia, que impediu a concessão de reajustes, com ou sem aumento real, em todo o país.

“Nós temos que procurar outras formas de reconhecer que o funcionário do Executivo teve perda durante alguns anos, então essa é uma nova luta. Nós tivemos reuniões com o Fórum Sindical, com o deputado Lúdio [Cabral, PT], e que tem que ser começado e ser travada daqui para a frente”, disse o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho (União), em entrevista com à imprensa.

Os parlamentares tentaram articular com o governo para garantir um percentual maior na RGA deste ano, para



Gilberto Leite

Deputados aprovaram na última semana RGA de 5,79%, valor abaixo do que era esperado pelos servidores estaduais

compensar a revisão dos outros anos. A negociação foi levantada antes de o governo encaminhar o texto à Assembleia. Contudo, segundo Botelho, os servidores do Execu-

tivo não poderiam ter um percentual diferente dos profissionais de outros Poderes, pois isso feriria o princípio da isonomia.

“O governo argumentou que é um valor pata-

mar feito para todos os Poderes e não tem como discutir a RGA separadamente para o Executivo ou para outros. Com as novas modulações, tem que ser feita para todos os Poderes. Então,

não poderia ser alterado especificamente para o Executivo e deixar os outros Poderes, por isso dificultou muito nos mudarmos os índices aqui na Assembleia Legislativa”, explicou.

No ano passado, os deputados tentaram, no meio do ano, sustar o efeito de um acórdão do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), que dificultou o pagamento da revisão de 4,19% prevista para 2018. A ideia não conseguiu o número de apoio necessário para que avançasse na Assembleia Legislativa.

Mesmo que conseguissem aprovar, havia poucas chances de pagamento. Durante as discussões, o governo deixou explícito que não havia intenção de ceder, pois uma parte dessa revisão se tornou aumento real, já que o valor prometido pela gestão anterior a título de RGA era maior do que a inflação daquele ano.

## COMANDO DA ASSEMBLEIA

## Botelho garante ter 14 votos, mas quer consenso

Gilberto Leite



Botelho avisou que está riscando da lista deputados que fazem jogo duplo: “não estamos aceitando isso”

Da redação

O presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (União), espera que os 14 parlamentares que declararam apoio à sua reeleição para o comando da Casa se mantenham fiéis até o dia 1º de fevereiro, quando será realizada a eleição da nova Mesa Diretora.

Em conversa com jornalistas, ele destacou que tem excluído colegas que tenham feito jogo duplo e comentou que os deputados que compõem seu grupo de sustentação são firmes e deram a palavra sobre o voto.

“Nós não estamos aceitando isso, o cara que fala que está comigo e está com ele [Max

Russi (PSB)]. Inclusive, eu tenho excluído isso, aqueles que jogam de um lado e jogam do outro. Comigo são 14 [deputados] firmes, pessoas de palavra, que não precisa papel, não precisa nada, não precisa levar para acampamento, não precisa esconder, não precisa nada. Se está com o Max, parabéns, não tem problema nenhum. Mas, se está comigo, que sejam firmes e que estejam até o fim, ainda que venham propostas e propostas”, destacou Botelho, em entrevista à imprensa na terça-feira, 17 de janeiro.

Botelho revelou ainda que seu provável adversário na disputa pela presidência, o atual primeiro-secretário Max

Russi, pediu um prazo para tentar ampliar o número de apoiadores. Segundo informações de bastidores, hoje Max está fechado com 10. Botelho avalia que a intenção do socialista é trazer ao menos dois deputados que estão com Botelho para sua base, empatando a disputa à presidência.

“Ele pediu um prazo para ver se consegue cooptar algum dos 14 que nós temos e foi dado esse prazo. Nós vamos esperar até quarta-feira ou quinta-feira desta semana para ver se consegue cooptar esses dois que eles estão tentando cooptar. Depois, nós continuamos a conversa, não tem problema nenhum”, disse.

Apesar do acirramento da disputa por votos, Botelho ainda espera chegar a um consenso com Russi para que seja repetida a dobradinha da última eleição quanto às vagas de presidente e primeiro-secretário. Aos jornalistas, Botelho tem dito nos últimos dias que a atual composição da Mesa Diretora foi responsável por levar a Assembleia a um nível de aprovação recorde, o que sinaliza um bom trabalho.

“A briga aqui na Assembleia não é boa, divisões de grupos não é bom. Nós temos que levar a Assembleia no jogo do ganha-ganha, todos ganham. Uma Assembleia conjunta, onde tenha oposições e situações”, defendeu.

## RECADO DE LIRA

## Abílio pode ser punido por mentir sobre ataque no DF

Da redação

O presidente da Câmara Federal, deputado Arthur Lira (PP-AL), disse, sem citar nomes, que os deputados que divulgarem informações inverídicas sobre os ataques sofridos pelo Congresso Nacional no dia 8 de janeiro serão responsabilizados.

A declaração foi feita durante uma coletiva de imprensa realizada na segunda-feira, 16, um dia após viralizar na internet o vídeo em que o deputado federal diplomado Abílio Brunini (PL) mostra apenas uma parte do Congresso, que não havia sido invadida por bolsonaristas radicais, e afirma para seus seguidores que nem tudo em Brasília estava quebrado.

“Todos devem ser responsabilizados, inclusive parlamentares que andam difamando e mentindo com vídeos,

dizendo que praticamente houve inverdades nas agressões que a Câmara dos Deputados sofreu em seu prédio. Esses deputados serão chamados à responsabilidade, porque todos viram, as cenas são terríveis, violentas e gravíssimas”, destacou.

As sedes dos três Poderes foram invadidas e depredadas por bolsonaristas radicais que tentavam causar o caos em Brasília para forçar uma intervenção das Forças Armadas, com desejo de mudar o resultado da eleição presidencial. Os fatos tomaram repercussão internacional e geraram repúdio de parte da população.

Lira destacou que os deputados federais, reeleitos ou eleitos, não podem divulgar fatos que não condizem com a realidade.

“Nós trabalhamos a madrugada, o dia e a tarde para que nós pudéssemos

fazer sessão à noite, com 400 pessoas trabalhando para limpar o tapete encharcado e queimado. Agora, ninguém foi para lideranças, a gente usou só o Plenário da Câmara, que, mais uma vez, repito, foi preservado, minimamente atingido, pelo serviço da Polícia Legislativa”, disse.

**INVERTIDA** - O vídeo de Abílio ganhou grande repercussão no final de semana. Ele mostrou apenas parte do Congresso Nacional que não havia sido invadida por manifestantes e dizia que as obras continuavam intactas: “Se você fica só assistindo pela internet, parece que está tudo quebrado em Brasília, mas não é verdade”.

Uma mulher, que se declarou petista, avisa ao deputado eleito que naquele espaço ninguém havia entrado ninguém e, por isso, não houve nenhuma danificação.

## LOUCOS À SOLTA

## Jayme: Atos pintam Brasil como hospício a céu aberto

Da redação

O senador Jayme Campos (União) avaliou que o país está “doente” e que nos últimos tempos tem se tornado quase “um hospício a céu aberto”, fazendo referência à situação política, principalmente, aos atos de vandalismo feitos por bolsonaristas radicais há uma semana, no domingo (8), quando invadiram as sedes dos três Poderes, em Brasília (DF).

Para o senador, as pessoas estão perdendo o referencial e que não há mais diálogo.

“Eu confesso que me causou surpresa o que está acontecendo no Brasil. Me causou surpresa. O Brasil ficou doente, o Brasil virou quase, nos últimos tempos, um hospício a céu aberto. Sei lá quem pode explicar a [a causa disso tudo]: um bom

psiquiatra, não sei o que aconteceu, perderam a referência”, disse em entrevista ao Bom dia Mato Grosso, da TV Centro América, na segunda-feira, 16 de janeiro.

“E o mais grave: estão financiando. Isso é muito grave, tanto é que alguns já estão sendo chamados na polícia, outros tendo indisponibilidade de patrimônio. Eu acho que perdeu qualquer referência. Eu confesso que nunca vi não... olha, eu já participei de grandes momentos da política nacional”, complementou.

Jayme destacou que os brasileiros devem preservar a democracia e as instituições centenárias, como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Senado, que foram invadidos e depredados pelos manifestantes radicais.

Para ele, a maioria dos bolsonaristas pre-

sentes no ataque ou que estava em frente aos quartéis era pessoas de bem, usadas como massa de manobra. O senador ainda ressaltou que o vandalismo foi planejado e que houve convivência das forças policiais.

“Aquilo foi planejado, você percebe a convivência das próprias polícias, não só a polícia do Distrito Federal, mas do próprio Exército. Lá tem um batalhão da guarda presidencial... Ele fica a três a quatro minutos do Palácio do Planalto. Onde estava essa tropa? A tropa de choque da PM chegou por volta de 17h15, o evento começou às 15h. Essa tropa era para estar de prontidão, pronta para fazer qualquer intervenção e não fez, então, foi um conluio, um verdadeiro conluio das autoridades”, defendeu.

**PUNIÇÃO NA CÂMARA**

Senador revela que deputado procurou a presidência nacional do PL para evitar punição por divulgar vídeo contestando gravidade de atos golpistas

# Abílio busca ajuda do partido

Gilberto Leite

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888**

FARMÁCIA

Unimed  
Cuiabá**Da redação**

O deputado federal eleito Abílio Brunini (PL) recorreu à presidência nacional do seu partido para evitar uma punição após a repercussão nacional de seu vídeo, no qual relata não ter havido "tanta destruição no Congresso Nacional como divulgado". A informação foi divulgada pelo presidente do PL, o senador Wellington Fagundes, na terça-feira, 17 de janeiro.

Ainda segundo Fagundes, coube ao líder do partido na Câmara Federal, o deputado federal Altineu Côrtes (PL-RJ), a dialogar com o presidente do Legislativo, Arthur Lira (PP-AL), para tentar evitar uma penalidade contra o parlamentar, que ainda nem tomou posse do cargo. Logo após a repercussão do vídeo, Arthur Lira disse em coletiva de imprensa, sem citar nomes, que os deputados que divulgarem informações inverídicas sobre os ataques sofridos pelo Congresso Nacional, no último dia 8, serão responsabilizados.

"Ele [Abílio] nos pediu para que tivesse essa conversa e o deputado Altineu já teve a conversa com o presidente Arthur Lira e, claro, ao invés de ter sanções foi feito aconselhamento", declarou.

"Nós tivemos a reunião na presidência do partido e ficou o líder Altineu, que é o líder do PL na Câmara, a responsabilidade de dialogar. Já conversou e já foi dada essa posição", acrescentou.

Wellington evitou fazer comentários sobre a atitude de Abílio e disse apenas que a "vida é sempre um aprendizado para todos nós" e que também se arrependeu de muitas coisas que fez.

**REPERCUSSÃO** - O vídeo de Abílio ganhou grande repercussão no final de semana. Nele, o deputado eleito grava

o Salão Verde e ameniza os danos causados por bolsonaristas radicais que invadiram, além do Congresso, a sede dos Poderes, em Brasília, em protesto contra o resultado das eleições. Na gravação, Abílio ainda "alerta" seus seguidores que "se você fica só assistindo pela internet parece que está tudo quebrado em Brasília, mas não é verdade".

Uma mulher, que se declarou petista, interrompeu o vídeo e rebateu as declarações feitas pelo parlamentar eleito.

Abílio declarou nas redes sociais que o conteúdo foi retirado de contexto. Ele destacou que em nenhum momento defendeu a invasão ou a destruição e comentou que os atos são crimes e defendeu punição a quem os praticou.



Vídeo de Abílio ganhou ampla repercussão nacional e presidente da Câmara falou em punição

## Eduardo Botelho aconselha: 'vamos trabalhar'

**Da redação**

O presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho (União), recomendou ao deputado federal diplomado Abílio Brunini (PL) que fique menos tempo no celular e dedique mais tempo para realização de trabalhos que reflitam em benefícios da sociedade. O conselho foi dado após

Abílio repercutir nacionalmente compartilhando um vídeo no qual tenta induzir as pessoas a acreditarem que não houve tanta depredação no Congresso Nacional.

"Se você fica só assistindo pela internet parece que está tudo quebrado em Brasília, mas não é verdade", disse o parlamentar eleito nas imagens que ganharam as redes sociais.

Botelho comentou que acompanhou os fatos pela imprensa e que acredita que Abílio possa se tornar uma liderança política no estado, desde que mude seu perfil.

"Eu acompanhei pela imprensa e eu sempre tenho dito o seguinte: que o Abílio é um jovem político que tem que aprender muito e, principalmente aprender que fake news, que es-

sas coisas, não funcionam. Ficar só no celular o tempo inteiro não funciona, vamos trabalhar para construir para fazer entregas para população e ele é um futuro disso, eu acho pode até ser um grande político de Mato Grosso, mas vai aprendendo com o tempo", disse à imprensa na terça-feira, 17 de janeiro.

Abílio disse que fizeram um recorte fora do

contexto do seu vídeo e que a gravação foi feita três dias após os atos de vandalismo mostrando lugares destruídos e lugares não tão destruídos pelos manifestantes.

Ele destacou que em nenhum momento defendeu a invasão ou a destruição. Abílio comentou que os atos são crimes e defendeu punição a quem os praticou.

**MESA DIRETORA**

## Botelho promulga EC que muda regra de reeleição

**Da redação**

O presidente da Assembleia Legislativa (ALMT), deputado Eduardo Botelho (União Brasil), sancionou uma Emenda Constitucional que praticamente anula seu projeto de reeleição. O texto, publicado no Diário Oficial Eletrônico da ALMT de quinta-feira, 19 de janeiro, impossibilita a reeleição de membros da Mesa Diretora para o mesmo cargo na eleição seguinte.

"Art. 2º Fica alterado o § 3º do art. 24 da

Constituição do Estado de Mato Grosso, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 24 (...) § 3º Os membros da Mesa e seus respectivos substitutos serão eleitos para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.", diz o texto.

A Emenda Constitucional foi assinada pelo próprio Botelho no último dia 12 e entra em vigor na data de sua promulgação.

Além do presidente, como de praxe, a publicação é assinada também pelos 1º e 2º secretários, Max Russi (PSB) e Valdir Barranco (PT), respectivamente.

A reportagem tentou contato com Botelho e Russi, mas nenhum dos dois parlamentares atenderam às ligações.

Os dois políticos travam uma queda de braço em busca de apoio pela presidência da Mesa. Até o momento, nenhum dos dois parece querer abrir mão da disputa.

Botelho está em seu

terceiro mandato como presidente da Casa e chegou a ser impedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de assumir o cargo na última vez que foi reeleito. Na ocasião, os deputados fizeram uma nova eleição e escolheram Max Russi para comandar o Poder Legislativo, com Botelho como seu primeiro secretário.

Passado um ano, novo julgamento do STF autorizou Eduardo Botelho a assumir a presidência e então a antiga chapa tomou posse. Nesta,

Max voltou então a ser 1º secretário.

No ano passado, o presidente consultou a Suprema Corte acerca da possibilidade de novamente disputar o comando da Casa. Em resposta, recebeu a informação que não poderia fazê-lo. Ele então recuou da disputa e anunciou o apoio à eleição do socialista.

Porém, poucos dias depois, novo julgamento em um caso semelhante, na AL do Paraná, o STF firmou entendimento que a proibição não po-

deria considerar as eleições anteriores a 2021. Essa decisão colocou Botelho novamente no jogo.

Ele então relançou seu nome na disputa e tem tentado convencer seu adversário a renovar a dobradinha, em ser seu primeiro secretário. Contudo, a ideia não agradou o socialista, que mantém sua candidatura até o momento.

A imprensa, os dois deputados afirmam ter o apoio de 14 parlamentares. A conta não fecha, já que a Casa contém apenas 24 deputados.

**FISCALIZAÇÃO IMPEDIDA**

## Deputados da Segurança travam PL das câmeras

Gilberto Leite

**Da redação**

O deputado estadual Wilson Santos (PSD) vai insistir para que seu projeto que obriga a instalação de câmeras nas viaturas e nas fardas dos policiais volte a tramitar na Assembleia Legislativa. Ele disse que deputados da bancada da Segurança Pública seguraram a proposta e espera que com a nova legislatura, a matéria ande e chegue até o plenário para votação.

Outra esperança do parlamentar é que a decisão do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), de manter o programa Olho Vivo, que inspira seu PL, possa convencer

os colegas de parlamento, principalmente os de direita, a serem favoráveis a ideia.

"Infelizmente, alguns deputados ligados à segurança pública seguraram o projeto. Nós vamos agora, a partir de fevereiro, quando retornar os trabalhos, nós vamos voltar à carga. Até porque o governador Tarcísio e o seu respectivo secretário de Segurança afirmaram que em São Paulo não vão modificar o Programa Olho Vivo, lá, em São Paulo, não haverá, esse foi um objeto de debate durante a campanha eleitoral", destacou.

Wilson ressaltou que a medida visa resguardar o policial e com-

provar a correta abordagem, preservando a ação e as provas nelas colhidas. Ele ainda comentou que nos estados onde há monitoramento há uma resposta positiva e tem colaborado na redução da letalidade policial.

"A história não tem retrocesso, sempre avança, isso é bom para o policial, quando ele é acusado de ter agido com exagero, de forma desproporcional, são as imagens e os áudios que vão provar que não. É um equívoco quem pensa ao contrário, as câmeras é um avanço para sociedade, nós vamos ter uma polícia cada vez mais civilizada, uma polícia cada

vez mais educada, que vai cumprir o seu dever sem exageros e aqueles que exagerarem nós teremos uma farta documentação comprobatória para fazer o devido julgamento", disse.

**PROJETO** - A proposta tramita desde 2021 e obriga a instalação de câmeras de vigilância no interior de viaturas e aeronaves da Segurança Pública e nos coletes e capacetes dos policiais e bombeiros. De acordo com o projeto, o governo terá o prazo de um ano, após a publicação da lei, para instalação dos equipamentos que devem possuir boa resolução, ferramenta tipo zoom e opção de impressão.



Wilson acredita que decisão do governo de SP sobre o programa Olho Vivo pode inspirar deputados de MT

## IMPOSTO QUE NÃO ACABA

Estão isentos da taxa os imóveis onde moram aposentados por idade ou por invalidez que recebem até dois salários mínimos mensais por família

# Mais três municípios de MT começam a cobrar taxa do lixo

Renato Araújo/Agência Brasília

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888**

FARMÁCIA

Unimed  
Cuiabá

## Da redação

Além de Cuiabá, os moradores de outras três cidades de Mato Grosso vão pagar mais caro pela fatura de água neste ano devido à criação da taxa de coleta de lixo. O tema foi bastante discutido na capital, principalmente, em relação a ser obrigatório ou facultativo. O Executivo dizia se tratar de assunto impositivo, enquanto a oposição alegava se tratar de algo opcional.

Em Nova Marilândia, o prefeito Jefferson Nogueira Souto (PP) publicou a lei complementar que instituiu a taxa de coleta, remoção e destinação do lixo domiciliar. O valor será cobrado no boleto de água de forma individualizada por meio de boleto. A base de cálculo do imposto será por frequência anual do serviço, metragem da área construída, para imóveis edificados e destinação do imóvel (residencial, comercial, indústria e baldio). Estão isentos da taxa apenas os imóveis onde os serviços não foram prestados.

Em Glória D'Oeste também foi instituída a cobrança da taxa. A base de cálculo tem o fato metragem de área cons-

truída (m<sup>2</sup>) para imóveis edificados, considerados grandes geradores, com cobrança mensal de R\$ 0,50 por metro quadrado de área construída.

“Considera-se grandes geradores aqueles imóveis que, independente da atividade para qual está destinado, geram acima de 80 (oitenta) litros de resíduos por dia, a ser identificado pelo serviço de limpeza pública do Município”, diz trecho da lei complementar.

A cobrança mensal mínima será de R\$ 12 em residências e de R\$ 25 para estabelecimentos comerciais. Ambos os valores podem ser alterados dependendo do metro quadrado de área construída. Estão isentos da taxa os imóveis onde moram aposentados por idade ou por invalidez que recebem até dois salários mínimos mensais por família.

Além disso, os moradores de Glória D'Oeste terão desconto de 15%, caso façam a coleta seletiva e de 30% para os que fazem o reaproveitamento dos resíduos orgânicos.

Na cidade de Nova Brasilândia o valor da taxa de lixo terá como base o fator destinado ao terreno. A cobrança mínima de residências será de 0,30 UPF do município e de 0,60 para estabelecimentos comerciais, de serviços e industriais. A cobrança do imposto pode ser maior em imóveis considerados como grande gerador de resíduos sólidos.

“Considera-se grandes geradores aqueles imóveis que, independentemente da atividade para qual está destinado, geram acima de 80 (oitenta) litros de resíduos por dia, a ser identificado pelo serviço de limpeza pública do Município”, explica trecho da lei complementar.

As famílias de baixa renda da cidade cadastradas em programas sociais do governo federal e estadual, cadastrados e informados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, poderão requerer a tarifa social de 50% da taxa.

**CUIABÁ** - A discussão sobre a taxa de lixo em Cuiabá começou em 2021. O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) tentou emplacar a cobrança, mas não conseguiu o número de votos necessários na Câmara de Vereadores para instituir o novo tributo. No entanto, após várias discussões, a proposta foi aprovada e sancionada na Gazeta Municipal.

Na capital o valor será calculado com base na coleta semanal de lixo. Em bairros em que a coleta é realizada três vezes por semana será cobrado o valor de R\$ 10,60 e onde ocorre a coleta seis vezes será de R\$ 21,20.

Em Cuiabá, estão isentos da cobrança os imóveis onde residem pessoas beneficiadas com isenção de tarifa de água e os imóveis onde residem pessoas cujo consumo mensal de água não ultrapasse a 15 m<sup>3</sup>.



Famílias de baixa renda poderão requerer a tarifa social de 50% da taxa

## ANO LETIVO 2023

## Governo investe 60 milhões para ampliar uso de robôs nas escolas

## Da redação

O Governo de Mato Grosso investiu mais de R\$ 60 milhões para ampliar o uso da Robótica Educacionais nas escolas da rede estadual no ano letivo de 2023. Os recursos foram utilizados na compra de kits de Robótica Lego Sim Inova, além de kits dos Projetos ETC Educação, tecnologia e construção (Microkids) e dos produtos e serviços da Robótica Educacional Sustentável - FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

O uso do material pedagógico da Robótica Lego Sim Inova começou no primeiro semestre de 2022 de forma experimental em 48 unidades educacionais e a tendência é ampliar gradativamente o número de escolas atendidas neste início de ano. O público-alvo são estudantes do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e do Ensino Médio (1º ao 3º ano).

Na Escola Estadual Professor João Crisostomo De Figueiredo, em Cuiabá, a robótica mos-

trou que a tecnologia educacional é também inclusiva. “A estudante Letícia Vitória Silva, que é surda, aprovou a experiência e se sentiu incluída”, relata Edivaldo Yuzo Shimokawa, professor de matemática que faz parte do grupo que recebeu formação da Robótica Lego Sim Inova em 2022. No caso das aulas com Letícia Vitória, outro fator importante de inclusão foi a participação da intérprete da língua de sinais, Emanuelle Freire Galvão.

Com metodologias ativas, ludicidade e cooperação, a robótica mostrou para Letícia as possibilidades que a tecnologia traz para a rotina do estudante surdo. “Ela conseguiu entender bem o que foi explicado a respeito do princípio da robótica”, conta Emanuelle, que enfatiza as vantagens do uso de cores e do trabalho em equipe: “Como o surdo é muito visual, a montagem chamou muito a atenção dela e de todos do grupo sobre o propósito das aulas de robótica”.

As novidades para esse ano letivo são os kits dos Projetos ETC para estudantes e formação para professores e, também, a plataforma de prototipagem eletrônica com microcontrolador, notebooks e formação da Robótica Educacional Sustentável. Este último está em processo de análise final pela Procuradoria Geral do Estado (PGE).

Por meio de atividades lúdicas, os robôs educacionais montados a partir de kits prontos auxiliam os estudantes a desenvolver pensamento matemático e computacional, principalmente.

O investimento em robótica, inédito na educação pública estadual, permite o desenvolvimento de habilidades e competências importantes para o crescimento humano e tecnológico dos estudantes. Nas aulas, há a contextualização, o desenvolvimento de protótipos e o compartilhamento de experiências em que dividem responsabilidades, promovendo o protagonismo estudantil.

## INGLÊS E ESPANHOL

## Escolas de tempo integral terão ênfase em língua estrangeira

## Mailson Prado | Seduc-MT

O Governo do Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT), lançou mais uma novidade na Rede Estadual de Educação e que será destaque nesse ano letivo de 2023. As escolas estaduais Antônio Epaminondas, em Cuiabá, Honório Rodrigues Amorim, em Várzea Grande, e Jonas Lopes da Silva, em Tangará da Serra, agora serão de tempo integral vocacionadas a línguas estrangeiras, com foco em Inglês e Espanhol.

As rematrículas dos estudantes dessas unidades já foram realizadas. Já as vagas remanescentes serão disponibilizadas a partir dessa segunda-feira (16.01) e serão efetuadas somente de forma presencial, em horário comercial. “Vamos fortalecer e aprofundar o conhecimento linguístico dos estudantes por meio de uma matriz curricular diferenciada”, disse o secretário de Estado de Educação, Alan Porto. Serão 1.640 horas-aula para o Ensino Fundamental e 3.000 horas-aula para o Ensino Médio.

Alan observa que desde 2020 as escolas vocacionadas são realidade na Rede Estadual de Ensino

e agora avançam continuamente na promoção de uma educação que extrapola os limites do conhecimento científico teórico. “Vamos ampliar o leque de possibilidades para esses jovens no mercado de trabalho. A formação em línguas é necessária às atividades ligadas ao turismo e ao agronegócio, principalmente”.

“Essas escolas terão uma rotina diária de atividades das 7h às 16h”, esclarece Mozara Zasso, que assumiu recentemente a secretaria adjunta de Gestão Escolar (SAGR) da Seduc-MT. Ela esclarece que o núcleo articulador vai trabalhar as duas disciplinas com professores nas áreas de espanhol e inglês. “Esses profissionais já passaram por processo seletivo e são capacitados”, completa Mozara, que assumiu a pasta há uma semana.

Além das disciplinas da formação geral básica, os estudantes terão aulas na parte diversificada de iniciação científica, protagonismo estudantil, estudo aplicado de língua portuguesa e matemática, avaliação semanal e eletiva para o ensino fundamental e práticas experimentais, estudo orientado, avaliação semanal, proje-

to de vida (que é o coração da escola integral) e as trilhas de aprofundamento nas áreas de linguagens e ciências humanas.

A gestora educacional da Antônio Epaminondas, Luciane Strogulski, destaca que a aceitação do projeto pelos pais e estudantes foi imediata mesmo antes do período de matrícula. “Um dos pontos que interessou bastante, além das duas línguas, foi a ampliação do número de alunos. Trata-se de uma extensão de conhecimento, não só para outros idiomas, mas também de acesso a outras culturas”, disse.

Para a estudante Nathália Amaral, matriculada no 2º Ano do Ensino Médio da Escola Estadual de Tempo Integral Antônio Epaminondas, a iniciativa favorece o futuro profissional dos jovens. Ela pretende cursar Letras futuramente, e já cria expectativas diante da novidade. “Estou com meus horizontes ampliados. Agora, empolgação é o que não me falta”, comemora.

Além dessas três novas unidades, a rede já conta com 14 unidades vocacionadas ao esporte e outras 62 escolas de tempo integral em vários municípios.

**Espejos deixam o ambiente mais elegante!**

PEÇA UM ORÇAMENTO!  
(65) 3642-3344  
(65) 9 9299-9226

CASA DOS VIDROS  
www.casadosvidros.com.br

**NOVOS MERCADOS**

Plantas de Tangará da Serra e Matupá foram habilitadas para exportar para a Indonésia; setor do algodão também poderá vender ao Egito

# Frigoríficos de MT ganham mercado

Bruno Cecim/Agência Pará

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888**

FARMÁCIA

Unimed  
Cuiabá**Da redação**

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Carlos Fávaro, anunciou a habilitação de 11 plantas frigoríficas para exportar carne para a Indonésia, sendo duas localizadas em Mato Grosso, nos municípios de Tangará da Serra (Marfrig) e Matupá (Vale Grande). O ministro também anunciou a liberação de outros três frigoríficos que voltarão a exportar para a China.

Os três frigoríficos que voltarão a fazer negócios com a China são de Mato Grosso do Sul e Goiás. Já Mato Grosso ainda possui duas plantas frigoríficas que estão impedidas de exportar

para o gigante asiático, localizadas em Guarantã do Norte e Lucas do Rio Verde. Ainda não há previsão de quando esse embargo irá acabar.

Fávaro também anunciou que o Brasil passará a exportar algodão em pluma para o Egito.

Vitor Galesso, especialista em comércio internacional em Mato Grosso, pontua que esse é um movimento de continuidade do processo de abertura de novos mercados. Por outro lado, pouco dos recursos gerados com a exportação de carne ficam no estado, pois a maioria dos frigoríficos possui sedes em São Paulo, onde ocorrem as negociações.

Apesar disso, afirma Vitor, não dá para ignorar a quantidade de empregos que essa cadeia gera no estado. “Eu vejo de forma positiva essa continuidade de crescimento, só que, digamos assim, sem nenhuma euforia, pois é uma continuidade do nosso processo de crescimento que a



Duas plantas de MT foram liberadas para exportar à Indonésia; outras duas seguem impedidas de exportar à China

gente fez nesses mercados”, explica.

O economista também afirma que há boas perspectivas para o setor de alimentos, mas vê com menos euforia a questão do algodão, pois, segundo Vitor, há uma busca quase que infinita por produtos que podem substituir

essa commodity. “Então, eu não sei se no futuro a demanda continuará crescendo”, afirma.

Vitor também acredita que Mato Grosso deve aumentar suas exportações para a China, pois é esperado que o país asiático volte a crescer economicamente no ‘rit-

mo chinês’. No último ano, a economia daquele país cresceu apenas 3%. Para 2023, é esperado um crescimento entre 5% e 6%, o que também contribui para aumento do comércio entre Mato Grosso e a China.

“Temos que manter sempre um bom comér-

cio com a China, pois é o nosso maior parceiro comercial aqui do estado de Mato Grosso, tanto no fornecimento de máquinas e temos visto um aumento grande no fornecimento de máquinas, quanto para comprar as nossas commodities”, afirma.

**NOVOS MERCADOS**

## Aumento das exportação deve melhorar os preços

**Da redação**

A terceira semana do ano encerrou com uma notícia boa para os pecuaristas de Mato Grosso, com a autorização de dois frigoríficos para exportar carne bovina para a Indonésia. A abertura vem em um momento no qual o setor aumenta oferta de proteína, com mais abates de fêmeas, para melhorar o caixa das fazendas e virar mais um ciclo da pecuária.

O ciclo da pecuária consiste em aumentar o ‘descarte’ de vacas para, inicialmente, aumentar o capital de giro e reduzir a oferta de animais para abate no futuro, já que haverá menos matrizes para reproduzir. Na prática, o que o setor quer é reduzir a oferta futura, enquanto a demanda aumenta ou fica no mesmo patamar, pressionando o preço da arroba.

Isso porque o preço pago aos produtores

atualmente é o mesmo de dois anos atrás, enquanto o custo de produção segue elevado. De acordo com o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea), o preço da arroba no estado está em R\$ 248,28. Já o custo de produção para a recria/engorda está em R\$ 265,50. Portanto, o produtor amarga prejuízo de R\$ 17,22 por arroba.

De acordo com o Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (Indea/MT), houve um aumento de 5,85% no abate de bovinos em 2022, quando comparado com o ano de 2021. Para esse ano, também é esperado um aumento nos abates, principalmente de fêmeas, reflexo da grande retenção de matrizes em 2020 e 2021.

“A conjuntura de forte retenção de fêmeas ocorrida em 2020 e 2021 refletiu na intensificação do descarte de matrizes

em 2022 (o incremento no abate de fêmeas foi de 14,56%, enquanto o de machos variou apenas +0,74% ante a 2021)”, afirma o Imea em seu último boletim, acrescentando que boa parte das fêmeas terminadas tem mais de 36 meses.

Assim como ocorreu em 2022, o setor também espera aumento nas exportações em 2023, com a abertura de novos mercados, principalmente em razão da nova política externa do governo brasileiro, com maior preocupação em equilibrar a produtividade e a sustentabilidade, o que pode garantir a manutenção do mercado da União Europeia.

No ano passado, o ‘Velho Continente’ preparava uma investida contra os supostos desmandos ambientais no Brasil, com a proibição da compra de diversos produtos que vinham do desmatamento legal e ilegal.

Analistas do mercado avaliam que a defesa do meio ambiente foi abandonada na última gestão, o que prejudicou a imagem do Brasil no exterior, mesmo com a defesa de grandes produtores, de que o país pode aumentar sua produção de carne sem desmatar

mais as florestas. Isso porque o país possui uma vasta área de pasto degradado que pode ser recuperado.

“Agora mudou de figura. Acho que internacionalmente isso deve, digamos assim, reconso-lidar ou trazer de volta o Brasil como grande pro-

ductor sem destruição do meio ambiente, ou seja, nós voltamos a assumir compromissos internacionais e isso melhora para gente poder, inclusive, subir preços [por produtos ambientalmente responsáveis]”, destaca o economista Vitor Galesso.



Preços pagos aos pecuaristas se mantém os mesmos de 2 anos atrás, mas o custo de produção aumentou significativamente

**RECUPERAÇÃO ECONÔMICA**

## Desemprego recua para 8,1%, o menor desde 2015

**Cristina Indio/ABR**

A taxa de desocupação ficou em 8,1% no trimestre terminado em novembro. O percentual representa recuo de 0,9 ponto percentual (p.p.) na comparação com os três meses anteriores, quando atingiu 8,9%. É, ainda, o menor resultado desde o trimestre de fevereiro a abril de 2015. Com a queda para 8,7 milhões, o número de desempregados alcançou o menor contingente desde o trimestre encerrado em junho de 2015.

Ao todo, são 953 mil pessoas a menos em busca de emprego no país, ou recuo de 9,8%. Os dados fazem parte da

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, divulgada na quinta-feira (19) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Conforme a pesquisa, há seis trimestres móveis consecutivos, que a taxa de desocupação vem caindo de forma significativa. Para a coordenadora de Pesquisas por Amostra de Domicílios do IBGE, Adriana Beringuy, o motivo da retração no trimestre encerrado em novembro é o aumento de 0,7% na ocupação no período, que mais uma vez chegou ao maior nível da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. O percentual equi-

vale a um acréscimo de 680 mil pessoas no mercado de trabalho.

“Embora o aumento da população ocupada venha ocorrendo em um ritmo menor do que o verificado nos trimestres anteriores, ele é significativo e contribui para a queda na desocupação”, observou.

Ainda segundo a coordenadora, as quedas sucessivas na taxa de desocupação foram também um reflexo do aumento no número de ocupados, durante a recuperação do mercado de trabalho que foi verificada desde 2021.

“A partir desse momento, houve essa expansão da população

ocupada, primeiramente dos trabalhadores informais e, depois, do emprego com carteira assinada nos mais diversos grupamentos de atividades, como comércio e indústria. Mais recentemente, também houve aumento nos serviços, que exercem um papel importante na recuperação da população ocupada no país”.

**COM CARTEIRA** - Com a ampliação do seu contingente em 2,3% ou 817 mil pessoas a mais, a categoria de empregados com carteira assinada no setor privado provocou o principal impacto para o aumento da ocupação no trimestre de agosto a novembro. Adriana

Beringuy informou que desde o segundo semestre de 2021, se verifica o crescimento dessa categoria. “É um registro importante, uma vez que não apenas indica o aumento do número de trabalhadores, mas também sinaliza a redução na informalidade da população ocupada”.

A pesquisa indica que, no ano, o contingente de trabalhadores com carteira no setor privado cresceu 7,5%, o que significa mais 2,6 milhões de pessoas.

**SEM CARTEIRA** - O número de empregados sem carteira no setor privado ficou estável em relação ao trimestre anterior. No trimestre até

novembro, o contingente era equivalente a 13,3 milhões de pessoas. No entanto, na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, houve avanço de 9,3% ou 1,1 milhão de pessoas.

Também no mercado de trabalho informal, os empregadores sem CNPJ permaneceram estáveis frente ao trimestre anterior e ao mesmo período de 2021. O número de trabalhadores por conta própria sem CNPJ teve movimento diferente e recuou 2,9% frente ao trimestre anterior e foram menos 563 mil pessoas e 4,1% em relação ao trimestre terminado em novembro de 2021 ou menos 796 mil.

**OPORTUNIDADE**

Programa permite que pessoas físicas e empresas de todo porte contem com bons descontos para quitar débitos junto à Receita Federal

# Como aproveitar o 'Litígio Zero'

Gilberto Leite/Ilustração

**Disk Farmácia**  
Ligou. Pediu. Chegou.  
**3648-8888****FARMÁCIA**  
Unimed  
Cuiabá**Da redação**

Contribuintes que possuem dívidas de até 60 salários mínimos com a Receita Federal terão a oportunidade de sanar seus débitos com desconto de até 50% através do programa 'Litígio Zero', lançado pelo Ministério da Fazenda na última semana. Porém, o prazo para aproveitar essa oportunidade é curto. As inscrições para o programa iniciam no dia 1º de fevereiro e vão até o dia 31 de março.

O programa é como um 'Refis 2.0', a diferença é que ele é voltado para pessoas físicas e jurídicas, com dívidas consideradas pequenas, de até R\$ 78.120. Essas dívidas poderão ser parceladas em até 12 meses, com desconto que chega a 50% sobre juros, multas e a dívida principal. Já quem possui dívidas acima desse patamar terá direito ao desconto de até 100%, mas apenas sobre os juros e multas.

Leonardo Adam Poth, contador e professor no Centro Universitário de Várzea Grande (Univag), destaca que o programa é menos burocrático que o Refis e não depende de o contribuinte ser notificado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para depois fazer um cadastro na PGFN e acessar os programas Regularize ou Refis.

Leonardo explica que, para aderir ao programa, o contribuinte poderá acessar o portal E-CAC com a senha da plataforma do governo federal, o GOV.BR, e fazer toda a negociação online e de forma simplificada.

"O cadastro é bastante simplificado, até por se tratar de micro e pequenas empresas. Não envolve a necessidade de envio de documento formal, cópia de contrato social, comprovante de documentos físicos, até porque o governo parte do princípio que você já tem o cadastro no GOV.BR e que aquelas informações são fidedignas", afirma.

Leonardo alerta, entretanto, que os contribuintes precisam estar atentos aos prazos, pois até o momento não há sinalização de que o governo federal vá prorrogar o programa. Conforme informações da Receita, as inscrições



Renegociação tem foco em micro e pequenos empreendedores, e pode ser feita de forma simplificada pela internet

começam às 8 horas de 1º de fevereiro e vão até 19 horas (horário de Brasília) do dia 31 de março.

Ele ainda pontua que boa parte dessas dívidas são de microempreendedores individuais, que abriram um CNPJ, deixaram a atividade e esqueceram de dar baixa no cadastro.

"A questão é manter as empresas ativas apenas se elas estiverem em funcionamento. Segundo, procure anualmente os planos de refinanciamento, pois se dei-

xar acumular, a partir de cinco anos, você pode ter apreensões, bloqueios judiciais, aí a coisa passa para esfera judicial. No caso desse projeto, o governo está chamando para resolver amigavelmente", explica.

**CONDIÇÕES** - As condições específicas para a renegociação das dívidas em atraso variam conforme o grau de recuperabilidade da dívida do contribuinte. A classificação de recuperabilidade vai desde os créditos tipo A (com alta perspectiva de recupera-

ção) aos créditos do tipo D (considerados irrecuperáveis). Assim que o período de adesão for aberto, os interessados poderão consultar o rating (classificação) junto à Receita Federal. Toda a tramitação será realizada por meio do Portal e-CAC, em processo 100% digital. O percentual efetivo de desconto observará a capacidade de pagamento do contribuinte.

O Programa Litígio Zero aperfeiçoa a possibilidade de utilização do Prejuízo Fiscal ou

Base de Cálculo Negativa da CSLL para a renegociação dos débitos. O regramento tradicional tem travas mais rigorosas para a sua utilização (30%). O PRLF autoriza a utilização em até 70% dos valores pendentes com a Receita.

O Programa contempla, ainda, o instrumento da transação para pequeno valor, envolvendo os créditos de até 60 salários mínimos que tenham como contribuinte pessoa natural, microempresa ou empresa de pequeno porte.

**Pode vir VERÃO**

**Unimed**  
Cuiabá

CÓD. 7891106914581

**BEPANTOL**  
**DERMA LC HID REST 400ML**

DE R\$193,62 POR

**R\$135,99**

CÓD. 7896026172066

**DERSANI HIDROGEL**  
**COM ALGINATO 30GR**

DE R\$71,79 POR

**R\$53,49**

CÓD.

**UMIDIFICADOR**  
**DE AR INCOTERM****R\$144,99**  
CADA

Ofertas válidas de 01/01/2023 a 31/01/2023 ou enquanto durar o estoque. Pagamento em até 6 vezes nos cartões de crédito Visa, MasterCard e Elo com parcela mínima de R\$ 10,00. Atendimento exclusivo para clientes Unimed Cuiabá. Confira mais opções de pagamento nas lojas. Fotos meramente ilustrativas.